



REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DO ENSINO EMERGENCIAL REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ronan Moura Franco (rmourafanco@gmail.com)

Carla Beatriz Spohr (carlaspohr@unipampa.edu.br)

Resumo: Esse relato objetiva refletir sobre os desafios apresentados durante o período de pandemia, compreendendo a forma com que o Programa de Residência Pedagógica se insere nesse processo. A discussão sobre o processo se deu a através dos seguintes aspectos: a) A manutenção dos vínculos com a escola e o processo de ensino-aprendizagem; b) A burocratização do trabalho docente; c) O esvaziamento de decisões coletivas; d) O aligeiramento da informatização da prática educativa; e) O aprofundamento das desigualdades; f) A inserção dos residentes em um contexto de incertezas; g) A falta de vivências dos espaços e tempos escolares. Como conclusão fica a demanda de superação das dificuldades apresentadas e a qualificação das práticas de Ensino de Ciências e a formação dos futuros professores de Ciências da Natureza residentes do Programa de Residência Pedagógica.

Palavra-chave: Educação Básica; Residência Pedagógica; Ensino Remoto.

Introdução

Os anos de 2020 e 2021 ficarão marcados na história pela pandemia causada pelo novo coronavírus que modificou a vida de pessoas do mundo todo. Devido aos altos índices de contágio e à letalidade do vírus, medidas de sanitização, higienização, distanciamento e isolamento social foram e ainda estão sendo adotadas em diversos setores da sociedade. Somente no Brasil, o número de óbitos já ultrapassa a marca de 500 mil óbitos. Desde o início da pandemia no Brasil, em meados de março do ano de 2020, as escolas passaram a adotar o ensino emergencial remoto como forma de adaptar suas práticas educativas. Este relato foi construído a partir dos desdobramentos da experiência de um professor de Ciências e preceptor do Programa de Residência Pedagógica no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Moacyr Ramos Martins.

A escola mencionada, está inserida na periferia do município de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, na comunidade da União das Vilas, que compreende oito bairros. Atendendo cerca de 1200 alunos, sendo a maior escola da rede Pública Municipal contando com 29 Turmas de Anos Iniciais, 20 Turmas de Anos Finais e 05 turmas da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental. A escola a partir de março de 2020 passou a realizar suas atividades de forma exclusivamente remota, em que as práticas educativas foram se adaptando conforme as necessidades dos alunos e professores, bem como a compreensão sobre o alcance e efetividade das suas práticas para a garantia da manutenção dos vínculos com a escola e possíveis aprendizagens.



O Programa de Residência Pedagógica (PRP) compõe as iniciativas que integram a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, visando intensificar a formação prática nos cursos de licenciatura e promover a integração entre a educação básica e a educação superior (CAPES, 2020). No contexto da Universidade Federal do Pampa, o PRP está organizado em diferentes núcleos, sendo que na escola-campo mencionada está inserido o núcleo Física e Química e está vinculada ao curso de Ciências da Natureza – Licenciatura do campus Uruguaiana da UNIPAMPA. Atuam na escola-campo 9 bolsistas residentes e um professor preceptor que leciona Ciências da Natureza para os Anos Finais do Ensino Fundamental, respectivamente 7º e 8º anos (UNIPAMPA, 2020).

Nesse sentido, esse relato objetiva refletir sobre os desafios apresentados durante o período de pandemia, compreendendo a forma com que o PRP se insere nesse processo. Após essa introdução, o relato se desdobra em sete pontos de discussão apresentados a seguir. Por fim, conclui-se o trabalho sintetizando os argumentos construídos e apontando perspectivas.

a) A manutenção dos vínculos com a escola e o processo de ensino-aprendizagem

A partir das medidas de restrição de circulação, especialmente de isolamento social, as escolas transpuseram suas práticas educativas para as casas de alunos e professores, rompendo com a estrutura física que a limitava, estando onipresente em diversos espaços e tempos. Tal fato, acarretou numa ruptura nas formas da escola estabelecer seus processos de ensino-aprendizagem, visto que o uso das tecnologias se tornou preponderante, não somente para a comunicação, mas para o próprio exercício das atividades educativas.

Nesse sentido e como havia sido comentado antes, a EMEF Moacyr Ramos Martins é composta por alunos de famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social e econômica, muitas das famílias não possuem acesso aos meios de comunicação via internet como smartphones e computadores, o que acarretou no desenvolvimento de processos de manutenção dos vínculos com a escola através da entrega de material impresso, sem que se fosse realizado um processo de ensino-aprendizagem com a intencionalidade de construção de novos saberes. Inicialmente as atividades eram elaboradas com temáticas comuns e as atividades direcionadas e/ou aproximadas com as componentes curriculares.

Após uma pesquisa com as famílias, verificou-se que uma parcela dos estudantes teria acesso a possíveis encontros online, o que possibilitaria a realização de aulas síncronas com a inserção pontual de conteúdos específicos e com foco no desenvolvimento de habilidades básicas como leitura, escrita, raciocínio lógico e interpretação, mas que por consequência, excluiria aqueles estudantes que não possuíam acesso às tais tecnologias. Mesmo assim, as orientações da mantenedora e repassadas pela escola foram a de realização de encontros periódicos com adaptações para as propostas que são impressas e entregues aos demais que não participam dos encontros síncronos. Assim, constata-se uma frágil manutenção de vínculos de construção de conhecimento com a escola, o que acarretará, sem dúvidas, em prejuízos a longo prazo nas



aprendizagens dos alunos e seu desenvolvimento social e emocional, agravando a falta de oportunidades de uma comunidade já marcada pela exclusão e desigualdade.

b) A burocratização do trabalho docente

Com o necessário fechamento das escolas e os professores trabalhando em casa, as dinâmicas dos processos educativos foram alteradas, as atividades antes direcionadas às realizações das práticas educativas tal como estávamos acostumados a realizar os planejamentos, desenvolvimento e avaliações de atividades e as formações pedagógicas e reuniões coletivas, foram substituídas por uma avalanche de reuniões, links, vídeos e cobranças de realização de atividades nunca pensadas e exercidas pelos professores.

No contexto da escola-campo mencionada, foram realizadas formações teóricas sobre a utilização de plataformas digitais, sites e ferramentas para a elaboração do que estava se desenhando como as novas aulas. Tais modificações, levaram um tempo para serem processadas pelos professores, visto que o contexto de pandemia era incerto e a iminência de um possível retorno sempre rondou nossa prática, o que resultou muitas vezes em tensões sobre as necessidades do volume de formações e da própria compreensão de como se estabeleceriam os processos de ensino-aprendizagem nesse novo formato por vezes verticalizado e imposto aos docentes.

Dúvidas como quais as atividades que conseguiriam ser realizadas pelos alunos sem a presença do professor, culminavam em propostas que nem os próprios professores poderiam projetar seus resultados. Com o início das entregas dos materiais para os estudantes e com posterior retorno das atividades para correção, mais um cenário de incertezas se constituía, pois, como seriam avaliados os processos e sujeitos? O que seria considerado para o desenvolvimento das suas aprendizagens? Com o andamento das atividades e posterior implementação dos encontros síncronos, a responsabilização sobre o registro e a regulação dos alunos que realizam as atividades, fez com que nossa atuação fosse centrada em planejar e regular a participação dos alunos, o que demanda um trabalho burocrático, envolvendo sobretudo preenchimento de planilhas em um lento e exaustivo processo de controle. Que por sua vez, leva à fiscalização do trabalho dos professores sobre o cumprimento das atividades propostas pela escola, sem dimensionarmos, como isso de fato está impactando nas aprendizagens e/ou sendo significativo para estes alunos.

c) O esvaziamento de decisões coletivas

A partir do que foi relatado, percebe-se que a atuação docente está fragilizada, sendo reduzida a um trabalho cada vez mais burocrático, em que as situações de estabelecimento de relações entre professores e com os alunos, tornam-se secundárias no modo como se estabelece o ensino emergencial remoto proposto. Estamos cada vez mais homogeneizando o perfil dos nossos alunos, em que se perde a diversidade e identidade das turmas e sujeitos, muito decorrente da falta de contato e de vivências mais aproximadas, mas também pela excessiva



cobrança de cumprimento de atividades preestabelecidas em muitos níveis antes da própria escola.

Apesar das práticas educativas terem sido alteradas profundamente em seu sentido e intencionalidade, as políticas públicas educacionais, especialmente as curriculares como a Base Nacional Comum Curricular, vêm sendo expressivamente praticadas. O cenário pandêmico demonstra ser favorável para a consolidação da BNCC de forma acrítica, sem a possibilidade de diálogo com os professores no que diz respeito a construção do currículo formal escolar, estando professores e escolas limitados no alcance de suas ações que se voltam em totalidade para atender as demandas de readaptação das práticas, enquanto tais políticas avançam para serem implementadas de forma vertical.

Por decorrência do cenário atual também, os espaços de decisões coletivas e colegiadas se diluíram em reuniões remotas esgotantes. Utilizamos os momentos em que conseguimos dialogar para tomar decisões sobre quais os conteúdos necessitam ser trabalhados ou sobre novos sites e aplicativos podem ser utilizados com vistas à qualificação das atividades síncronas e assíncronas. Discussões sobre como adaptarmos o currículo escolar às exigências e imposições da BNCC e atualizações necessárias do Projeto Político Pedagógico não estão sendo realizadas e, diante de tantas transformações que a escola passou, estes documentos já não representam mais a identidade da sua comunidade e não expressam aquilo que se é praticado.

d) O aligeiramento da informatização da prática educativa

Não conseguimos pensar em outra possibilidade do que a realização de atividades através da utilização de meios de comunicação e informação, sendo a internet indispensável para tal processo. Contudo, o aligeiramento das decisões que as práticas pedagógicas sofreram para ser implementadas ao formato emergencial remoto, provocou inúmeras situações de resistências à essas exigências. De forma alguma estávamos preparados para tais transformações, principalmente no que se refere a formação de professores para uso de tais recursos, e o fato de termos uma única forma de atuar, em um primeiro momento resultou em negação e confusão sobre o papel dos professores no processo de ensino-aprendizagem, visto que a grande maioria dos professores foi formada e até então só havia atuado presencialmente.

É inegável o avanço da utilização das tecnologias nas práticas pedagógicas depois de quase um ano e meio de pandemia, desde a necessidade de aquisição de aparelhos atualizados, o domínio de ferramentas digitais, a transposição didática de nossas práticas e a compreensão de que, por mais excludente que seja esse movimento, ainda assim tem sido uma forma da escola se manter, com muitas dificuldades, atuante e presente na vida da comunidade escolar. Muitas das aprendizagens decorrentes dessas mudanças nas formas de ensinar irão perdurar na atuação docente, e isso merece ser ressaltado como algo positivo, visto que não sabemos quando tal revolução poderia acontecer para que as práticas escolares pudessem ser adaptadas aos meios digitais. Sabendo que as formas de ensinar foram modificadas, não podemos afirmar que esse saldo positivo seja garantido sobre as formas de aprender dos alunos, pois a única forma de



contato que temos mantido com estes é a realização de atividades propostas com pouca reflexão crítica sobre esse processo.

Se para os professores foi difícil a adaptação ao formato emergencial remoto, mesmo com acesso à tecnologia e poucos recursos, é muito complexo dimensionarmos como isso foi encarado pelos alunos, sabendo das suas condições de vida. Mesmo com as formações promovidas pela escola para que pudéssemos nos apropriar de inúmeras ferramentas, ainda assim nos sentimos inseguros para a realização de aulas remotas. Passamos por um aligeirado processo de formação que provocou modificações na forma de se ofertar o ensino formal e é dessa maneira que os alunos têm recebido as atividades realizadas pela escola, ainda que sem o mesmo processo de construção de conhecimentos sobre os domínios das ferramentas. Ao retomarmos as atividades de forma “híbrida”, intercalando entre encontros virtuais e presenciais, mais uma vez este processo de ensino-aprendizagem se transforma e estaremos inseridos nesse turbilhão de mudanças, mesmo sem saber se os processos anteriores conseguiram ser compreendidos e superados.

e) O aprofundamento das desigualdades

Mesmo antes do contexto pandêmico, já vivenciávamos uma situação macroestrutural de crise socioeconômica, ataques à democracia e à cultura que foram agravados pelas decisões equivocadas e negligenciadas sobre a maior crise sanitária do século e que já ocasionou mais de meio milhão de mortes. Inseridos nessa situação precária de oportunidades, estão os alunos da escola-campo que já constituíam uma comunidade marcada pelas desigualdades das mais diversas ordens. Sabemos que muitas famílias perderam suas rendas fixas e a informalidade provocou um avanço considerável na defasagem dos ganhos mensais, o que reduziu ainda mais acesso a itens básicos de alimentação, provocando situações de fome.

Toda essa condição mencionada acima não pode ser ignorada pela escola, quando simplesmente registramos que determinado aluno não está realizando nenhuma atividade, seja ela impressa ou remota, sem sabermos as reais causas desse afastamento da escola. Quando nos projetamos para essas e outras questões que integram a vida dos sujeitos da comunidade escolar, percebemos que a defasagem nas aprendizagens é apenas uma das tantas que assolam os alunos. Se antes, para a manutenção das atividades escolares diárias eram necessárias um conjunto de ações individuais e coletivas, essa situação se torna ainda mais complexa nesse momento, visto que as preocupações mais urgentes das famílias são convergir esforços para a aquisição de alimentos, em que as preocupações com o ensino e meios para o acompanhamento às aulas remotas acabam por não ser prioridade e vistos como necessidade.

Sem dúvidas as consequências do que vivenciamos durante a pandemia da Covid-19 demorarão muito tempo para serem superadas, pois são quase dois anos letivos que a Educação Básica Pública foi prejudicada. Não podemos generalizar que em todas as escolas as situações sejam iguais, mas sabemos que em maior ou menor escala, o processo de ensino-aprendizagem, se ocorreu, foi aquém do esperado em comparação ao que vinha sendo desenvolvido antes desse



contexto. Projetar um futuro de melhores oportunidades de trabalho e estudo para professores e alunos torna-se uma necessidade urgente, visto que somente conseguiremos superar tais desigualdades se garantirmos que a Educação Pública seja efetiva nos seus propósitos de emancipação e formação para o exercício da cidadania. No entanto, torna-se fundamental que os professores estejam conscientes das intencionalidades das ações que poderão responsabilizá-los sobre os futuros resultados da escola pública, agravando um quadro de ataques, regulação e cerceamento da liberdade de ensinar e do direito de aprender.

f) A inserção dos residentes em um contexto de incertezas

Mesmo após transcorrido três semestres de atividades remotas, a sensação é de que as práticas pedagógicas ainda não foram consolidadas, estando em constantes alterações. Todo esse processo educativo, assim como o contexto nacional da pandemia, é delineado por incertezas, tensões e disputas sobre quando será o retorno presencial, quais as condições das escolas para a acolhida de professores e alunos, qual organização será adotada para garantir a segurança de todos e ainda a garantia de vacinação dos profissionais da educação, incluindo os residentes, que já ocorreu em uma primeira etapa. E é nesse vórtice de acontecimentos que acontece a inserção do Programa de Residência Pedagógica, aprendendo, junto com o docente preceptor, a interpretar essa conjunção de fatos, encontrando a melhor forma de atuar e impactar positivamente nas aprendizagens dos alunos.

Nesse movimento de compreensão do contexto, aprendemos de forma coletiva a articular ações para o cumprimento das exigências da escola e do PRP, no sentido de experienciarmos o processo de qual seria o nosso papel enquanto sujeitos que estavam fazendo a educação pública, com destaque para o Ensino de Ciências, naquele momento. Como mencionado anteriormente, as ações educativas inicialmente estavam sendo restritamente impressas e entregue aos alunos, com posterior retorno para correção, assim sendo, foi muito difícil estabelecer uma conexão entre os residentes e os estudantes, pois não mantínhamos um contato, além das atividades impressas. Reduzida à essas atividades, a atuação do PRP necessitou encontrar alternativas para buscar impactar os estudantes com protagonismo docente dos residentes, com isso emerge a ideia da utilização de outros mecanismos de comunicação como a utilização do rádio para o Ensino de Ciências. Nesse espaço, os residentes em grupos abordavam temáticas pertinentes ao Ensino de Ciências da Natureza em um programa chamado “Ciência na Residência” transmitido por uma rádio AM local.

Com uma compreensão maior de como atuar diante do cenário pandêmico, a rede pública municipal passou a orientar as escolas a realizarem encontros síncronos com os alunos que possuíam possibilidade de acessar as aulas. Assim, a escola passou a realizar as duas modalidades de atividades, impressas para os alunos sem acesso às aulas síncronas e em links online com encontros síncronos periódicos para os demais. Com tais modificações, a participação do PRP tem se tornado mais efetiva, no sentido de que os residentes assumem uma postura autônoma de planejamento e mediação dos encontros síncronos, dialogando e sistematizando as aulas de ciências.



g) A falta de vivências dos espaços e tempos escolares

As vivências dos espaços escolares em todas as suas múltiplas dimensões como o pátio, suas salas de aula, laboratórios e demais lugares, hoje inexistem e toda experiência é concentrada em minutos de convívio remoto, restando as lembranças e anseios de um provável retorno. Compreendemos que, dadas as circunstâncias do atual momento, é muito inseguro um retorno e retomada das atividades como tínhamos no contexto pré-pandemia, visto que, para transcendermos nossas relações que resultaram nessa crise sanitária, devemos reavaliar nossa forma de agir no mundo, projetando um novo modelo de inserção na sociedade. Isso faz com que as práticas de Ensino de Ciências sejam tensionadas e necessitem de uma reavaliação sobre as suas formas e intencionalidades, considerando que não será do dia para a noite que todos os alunos e professores estarão na escola. Assim, reaprender a ensinar converge para uma exigência de se aprender a aprender e uma avaliação sobre nosso papel e a importância da atuação do docente preceptor e dos residentes é fundamental, pois o que se apresenta é um novo paradigma do ensino.

Além das práticas de ensino em sala de aula, as experiências de aspecto formativo da atuação docente como reuniões pedagógicas, eventos escolares, o tempo de merenda e de intervalo são exemplos daquilo que até o momento não puderam ser compartilhados pelos residentes. As lacunas de vivências dos espaços e tempos escolares impedem que os residentes se apropriem dos saberes da prática, da experiência do ensino pelo exemplo e pela referência do que é ser professor na Educação Básica Pública. Desenvolver o sentimento de pertencimento sobre a escola-campo de atuação torna-se mais um desafio nesse momento, pois a forma genérica como somos interpelados pelas relações, cria barreiras para a compreensão da identidade da comunidade escolar.

O que tem sido proposto para a superação das dificuldades mencionadas é a constante reflexão sobre o contexto e o que é ser residente e preceptor nesse momento da história para aquela comunidade e escola, buscando estar constantemente consciente das nossas limitações e possibilidades. A importância do trabalho colaborativo a partir da articulação entre Universidade e escola é indispensável para que a dinâmica proposta pelo PRP seja efetivada, no sentido de buscar apropriação teórica para qualificação da prática, o que permite a constituição de um fecundo processo formativo acadêmico-profissional docente. O que fica latente desse processo é que, nas desventuras do contexto de pandemia, residentes e preceptor se reconhecem como sujeitos indispensáveis que integram o fazer pedagógico e contribuem para a qualificação da sua formação e por consequência das práticas educativas da Educação Básica.

Conclusão

Com a construção desse relato muitas discussões emergem e são melhor compreendidas durante o processo de escrita, ficando como perspectivas que a atuação do Programa de Residência Pedagógica contribua com a Educação Básica, no sentido de: encontrar formas de



fortalecer os vínculos com a escola e garantir o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem efetivo; a preocupação com as aprendizagens dos alunos seja para além do controle e regulação dos alunos em um processo incerto; a retomada das decisões colegiadas fortalecendo espaços democráticos para atuação docente; o processo de formação modifique as práticas, informatizando a escola de forma permanente, o que demanda investimentos em materiais e capacitação; que seja realizada uma avaliação em larga escala sobre o impacto da pandemia na vida dos alunos e famílias, construindo estratégias públicas de incentivo aos estudos, assim como oferta de oportunidades de emprego e renda; a valorização dos residentes como sujeitos indispensáveis para a qualificação das práticas educativas de Ensino de Ciências; a retomada gradual das vivências dos espaços escolar com reflexão sobre a experiência na formação dos futuros professores de Ciências da Natureza.

Agradecimentos e apoios

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento do trabalho.

Referências

CAPES. **Edital 01/2020**. Programa de Residência Pedagógica: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01032018-edital-6-2018-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 05. jul, 2021.

UNIPAMPA. **Programa de Residência Pedagógica**. Universidade Federal do Pampa, 2020. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/prograd/programa-de-residencia-pedagogica/>. Acesso em: 05. jul, 2021.